

De Militar a Líder Político: A interventoria de Juracy Magalhães na Bahia (1931-1934)

ANA LUIZA ARAÚJO CARIBÉ DE ARAÚJO PINHO*

1. Juracy Magalhães:

Juracy Montenegro Magalhães, filho de Joaquim Magalhães e Júlia Montenegro Magalhães, nasceu em 04 de agosto de 1905 em Fortaleza – Ceará. Era o quinto filho de 12 irmãos. Seu pai foi um autodidata. Aprendeu a ler apenas aos 13 anos. Tornou-se guarda-livros (contador) e possuía alguns empreendimentos comerciais em Fortaleza. Foi um dos fundadores, além de presidente por 20 anos e conselheiro da mesma até sua morte, da Felix Caxeiral, uma organização que congregava os comerciários da região como um sindicato. Lá funcionava um curso para formação de contadores, e fornecia, a seus associados, assistência médica, odontológica e jurídica.

O pai de Juracy Magalhães mantinha relações de amizade e partidárias com os Távoras, família para a qual fazia campanha. Joaquim Magalhães tinha também relações de amizade com os Aciolis. Ou seja, a família Magalhães nutria vínculos com os dois clãs mais importantes da política do Ceará. A família de Julia Montenegro Magalhães – mãe de Juracy Magalhães – possuía maior relevância política do que o núcleo paterno do tenente. Alguns dos antepassados maternos de Juracy participaram das Revoluções de 1817 e 1824 em Pernambuco, mas esse fato não modificou a postura política adotada por Joaquim Magalhães, que era de se manter afastado das estruturas partidárias.

Juracy Magalhães cursou o primário no Colégio Coração de Jesus e o secundário no Liceu Ceará, o principal colégio de Fortaleza. Dizia-se um aluno dedicado. Em 03 de julho de 1922, sentou praça no exército “(...) não por vocação, mas como uma maneira barata de instruir-me (...)” (MAGALHÃES. 1982: 36), diz ele em suas memórias. Foi o único dos filhos de Joaquim a fazer essa escolha. Sua carreira militar é ameaçada, ao ser preso no dia 05 de julho do mesmo ano, após cantar a música “Seu Mé”, em praça

* Mestre em História Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas – CPDOC em 2010.

pública, juntamente com um grupo de alunos do Liceu. Só conseguiu sair da cadeia pela interferência de seu pai.

Em consequência da prisão, quando Juracy foi se apresentar no 23º Batalhão de Caçadores, seu comandante, o major Siqueira Campos, quase o expulsou da corporação. Só não o fez a pedido de um amigo da família, Maximiliano Barreto, deputado estadual, que intercedeu em seu favor. (MAGALHÃES. 1982: 40).

Em agosto do mesmo ano, Juracy Magalhães viajou para o Rio de Janeiro para estudar na Escola Militar do Realengo. A sua turma foi a primeira após a Revolta Tenentista de 1922, que implicou na expulsão de todos os cadetes e perseguição dos oficiais envolvidos. Juracy teve como colegas de Escola Militar nomes como Emílio Garrastazu Médici, Landri Sales, Jurandir Mamede, dentre outros, homens que fizeram parte da história do Brasil contemporâneo.

A experiência na Escola Militar foi registrada por Juracy em suas memórias, que a caracterizou como um curso de formação muito mais voltada para a cultura geral do que para os cursos profissionalizantes.

O envolvimento de Juracy Magalhães com os movimentos conspiratórios tem início quando ele ainda era um cadete na Escola Militar. Já após sua formatura no dia 07 de janeiro de 1926, quando foi transferido para o 23º Batalhão de Caçadores de Fortaleza, fundou o primeiro núcleo revolucionário do Ceará. Em 1927, é transferido de volta para trabalhar na Vila Militar do Rio de Janeiro, conhece Juarez Távora e engaja-se ainda mais no processo revolucionário. Neste período, Juarez encontrava-se morando clandestinamente na capital federal, até que, capturado, foi enviado para a Fortaleza de Santa Cruz, onde permaneceu até meados de 1930, quando consegue fugir e se encaminha para a Paraíba, de onde organiza o movimento revolucionário do Norte. Momento em que deixa marcado em suas memórias, o convite para participar do movimento: “(...) E quando no início de 1930, o coronel Maurício Cardoso convidou-me para integrar, junto com Paulo Cordeiro e Agildo Barata, a ‘missão pacificadora’ que seria enviada à Paraíba (MAGALHÃES. 1982: 43), só resolvi aceitar depois que procurei Juarez na Fortaleza de Santa Cruz, onde ele foi preso, e minha ida foi considerada providencial.” A “missão pacificadora” foi enviada a Paraíba pelo Governo de Washington Luís, quando Juracy era primeiro tenente, para resolver o conflito de Princesa, deflagrado no início de 1930, contra o Governo de João Pessoa, que tentava

estabelecer uma reforma político-administrativa no estado, diminuindo o poder dos latifundiários do interior, aumentando o controle da capital na arrecadação de impostos e exportação e importação de produtos.

Já na Paraíba, o tenente Juracy abrigou Juarez Távora, que havia fugido da Fortaleza de Santa Cruz, na casa que ele e a sua esposa dividiam com mais dois outros tenente e respectivas esposas; Jurandir e Beatriz Mamede e Humberto e Carmem Moura. Mas, as suspeitas sobre a presença de Juarez no estado obrigaram a mudança do esconderijo para a casa dos irmãos Manuel e Virgílio Veloso Borges, em Santa Rosa, cidade próxima a capital[†].

O processo revolucionário estava em marcha e, segundo Juracy Magalhães, as datas que eram enviadas para o Sul, como propícias para o início do levante das tropas do Norte[‡], coincidiam sempre com os dias que suas tropas estariam de prontidão. Quando efetivamente ocorreu o levante do Rio Grande do Sul, este só não encontrou os revoltosos do Norte completamente despreparados, porque Agildo Barata conseguiu interceptar um telegrama que informava os acontecimentos no Sul do país; dando-lhes algum tempo para se organizar, conseguido inclusive, vencer as batalhas da madrugada de 03 para 04 de outubro de 1930.

No dia seguinte, 05 de outubro, as tropas revoltosas da Paraíba marcharam para apoiar os revoltosos de Pernambuco. Agildo Barata comandou o primeiro batalhão e Juracy comanda o segundo. Após algumas batalhas em Fragoso e Olinda e alguma resistência em Recife, no dia 06 a Revolução já era vitoriosa em Pernambuco.

No dia 09, Juracy segue no comando das tropas para Alagoas, mas o governador foge para o Rio de Janeiro, antes mesmo da chegada dos revoltosos a Maceió. Os tenentes seguem então para Sergipe, sendo que Juracy vai direto para a Bahia, “*o grande objetivo*” (MAGALHÃES. 1982: 64). Ali a resistência foi pequena. Com a deposição de Washington Luís, em 24 de outubro, a Revolução é vitoriosa. Juracy Magalhães, que havia chegado a Salvador no dia 26, após dois dias viaja para o Rio de

[†] Juracy Magalhães menciona duas ocasiões em que a presença de Juarez foi denunciada. A primeira foi uma denúncia feita por um senhor chamado Hermes, de Campina Grande, que afirmou que Juarez estava na cidade de Patos, e Juracy foi designado para ir prendê-lo. A segunda foi a aparição de Arlindo Uchoa na casa onde eles moravam. Arlindo pediu para revistar todos os cômodos; Juarez conseguiu sair do esconderijo e ir para os fundos da propriedade sem ser visto. In: MAGALHÃES, Juracy. 1982.

[‡] No período o Norte representava tanto o Norte como o Nordeste do país.

Janeiro, onde conhece os revolucionários do Sul e o líder revolucionário Getúlio Vargas, que, nesse momento, já havia assumido a chefia do Governo Provisório, substituindo os governadores dos estados por interventores federais.

Em novembro de 1930 foi designado para servir ao exército em João Pessoa na Paraíba. No entanto, Juracy fica nesse posto por pouco tempo, já que, no início de 1931, foi convidado por Juarez Távora para ser o secretário do “vice-rei do Norte” §. Só deixou essa função para assumir, em 21 de setembro de 1931, o cargo de interventor do estado da Bahia.

1. A Nomeação de Juracy Magalhães.

A situação da política baiana era complicada, as duas tentativas de interventores civis falharam e a preocupação federal era perceptível na avaliação feita por Juarez Távora em carta endereçada a Getúlio Vargas, em 17 de agosto de 1931, “O aspecto das duas soluções dadas anteriormente mostra que não é fácil encontrar-se um civil – mesmo afastado das lutas partidárias baianas – em condições de equilibrar-se no poder, sem transigências à força armada ou aos partidos incompatíveis com o bom andamento da administração pública.” **. Assim, era clara a necessidade de adotar também na Bahia o padrão que estava sendo colocado em vigor em todo o país, ou seja, colocar no executivo baiano um “*interventor ideal: ‘ser estrangeiro’, ‘ser militar’, ‘ser neutro politicamente’*” ††. Os nomes dos indicados, por Juarez Távora, para assumir o cargo de interventor foram: Juracy Magalhães, Jurandir Bizarria Mamede e Landri Sales.

Sobre os pretendentes ao cargo, Juarez afirma em correspondência enviada a Getúlio Vargas:

§ “Vice-reinado do Norte é a denominação pela qual se tornou conhecida a Delegacia Militar do Norte, instituída por decreto ‘reservado’ de 12 de dezembro de 1930, para fazer valer do Amazonas à Bahia os princípios da Revolução de 1930, tendo Juarez Távora sido nomeado delegado militar do Governo Provisório e seu representante nos estados do Norte. Criada a delegacia, a imprensa passou a identificá-la como órgão de representação do poder tenentista e seu titular foi apelidado de ‘vice-rei’”. In: MAGALHÃES, Juracy. pág. 85.

** GV 31.08.17, Arquivo Getúlio Vargas. CPDOC, FGV.

†† PANDOLFI, 1980: 346. Segundo Dulce Pandolfi; “*ser estrangeiro*” significava não ser vinculado com as forças políticas locais; “*ser militar*” era decorrência da falta de qualidade da classe política local – por isso que as maiorias das interventorias, já em 1931, estavam entregues a tenentes; e “*ser neutro politicamente*” significava ser imparcial, não possuir ambições políticas e desejar apenas fazer uma boa administração. Com exceção de Pernambuco com Lima Cavalcanti e a Paraíba com Antenor Navarro; substituído em 1934 em decorrência do seu falecimento, as demais interventorias estavam controladas por tenentes.

“Destes, o primeiro não aceitará a Interventoria baiana, porque tendo pleiteado o critério de se nomearem os Interventores militares para os Estados do Norte, se sente, justamente, por isso, inibido de aceitar a sua indicação para semelhante cargo. O terceiro é, como V. Excia. sabe interventor no Piauí, onde todos reputamos indispensável a sua presença. Limite-me, assim, a sugerir-lhe o nome do primeiro-tenente do Exército Jurandir Bizarria Mamede, para o cargo de Interventor Federal da Bahia”^{‡‡}.

Ambos, Jurandir e Juracy, recusam o primeiro convite para assumirem a Interventoria, por isso Juarez Távora encarrega Getúlio Vargas de escolher qual dos dois assumirá. Getúlio opta por Juracy Magalhães^{§§}.

Em carta enviada no dia 24 de agosto de 1931 para Getúlio Vargas, Juracy Magalhães afirma que só aceitou o cargo porque, ao conversar com Juarez Távora, o delegado do Norte o colocou na seguinte posição:

(...) ou eu escrevia a V. Excia. [Getúlio Vargas], dizendo que me convencera de que fora injusta a minha presunção – o que folgo em reconhecer – ou demitir-se-ia do cargo de Delegado Federal do Norte, no qual vem prestando os mais assinalados serviços à Revolução e ao País. Assim, só me resta informar a V. Excia. Que cumprirei as suas ordens. (...)

Reafirmou também o desejo de ocupar o cargo apenas temporariamente.

Antes de embarcar no Rio de Janeiro para a Bahia, Juracy Magalhães entra em contato com J. J. Seabra, Pedro Lago e João Mangabeira, na tentativa de estabelecer alianças políticas^{†††}. Segundo Consuelo Novais Sampaio, com essa atitude, Juracy antecipava o pragmatismo político que representaria a interventoria do tenente cearense: “(...) Juracy abjurou o vago idealismo revolucionário e elegeu o pragmatismo como linha de conduta.” (SAMPAIO. 1992:77). Ainda conforme Sampaio, nem Seabra ou Lago aceitou fazer acordo com o novo interventor baiano. “(...) Consideravam-no um forasteiro, recém-formado pela Academia Militar; jovem demais, sem qualquer

^{‡‡} GV 31.08.17. Arquivo Getúlio Vargas; CPDOC, FGV.

^{§§} Na visão tanto de Juracy Magalhães, no livro *Minhas Memórias Provisórias*, quanto na de Consuelo Novais Sampaio, no livro *Poder e representação: o legislativo da Bahia na Segunda República (1930-1937)*; consideram que a escolha de Juracy para o cargo de interventor, em detrimento do nome indicado por Juarez Távora – o anteriormente todo poderoso “vice-rei do Norte” – foi o primeiro grande golpe proferido por Vargas contra o General cearense. In: MAGALHÃES. 1982: 72; SAMPAIO. 1992:73/74.

^{***} GV 31.08.24/2, Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC, FGV.

^{†††} Informação confirmada por Seabra no livro *Humilhação e Devastação da Bahia*, escrito por ele em 1933. E por Consuelo Novais Sampaio. SAMPAIO, Consuelo Novais. 1992, pág. 77-78. SEABRA, J.J. *Devastação e Humilhação da Bahia*. Salvador: Cia. Editora Gráfica, 1933.

experiência política e conhecimento sobre o estado e a gente que pretendia governar. (...)”. (SAMPAIO, 1992: 87).

Enfim, é dessa forma que Juracy Magalhães parte para a Bahia: com o objetivo de administrar o estado por apenas poucos meses e passar a interventoria para mãos mais preparadas. Os dois meses transformaram-se em uma vida como liderança política, tanto no estado, quanto nacionalmente.

2. A chegada e posse do Interventor.

Juracy Magalhães descreve da seguinte forma seu desembarque na Bahia:

(...) Viajara em companhia de Nelson de Melo e Carneiro de Mendonça, que iam assumir, respectivamente, a Secretaria de Segurança de Pernambuco e a interventoria do Ceará. Na véspera da nossa chegada à Bahia, apareci com febre, a garganta inflamada, quase sem poder falar. No dia seguinte, quando o navio atracou, avistei algumas dezenas de pessoas arrebanhadas por meus amigos tenentes. Não havia uma só autoridade no cais, mas a saudação foi feita por um mulato inteligente – Isidoro Bispo dos Santos –, que falou trepado num guindaste, materializando este orador eminentemente popular o apoio possível que a Bahia me hipotecava naquele momento: ‘Senhor Juracy Magalhães, a Bahia está aqui.’ E continuou recitando aqueles chavões clássicos: ‘A heroína hercúlea dos seios titânicos, a Bahia que não se dá e nem se vende, a Bahia está dizendo que pode contar com ela’. Nelson de Melo, nesse momento, percebendo que não haveria qualquer manifestação hostil, comentou em tom jocoso: ‘Você agora pode desistir da febre. Não precisa temer se defrontar com a massa, pois o negócio não está tão feio’. E de fato me senti aliviado, pois a recepção não era brilhante, mas cordial. (...). (MAGALHÃES. 1982: 73).

Ali mesmo, no porto, Juracy faz seu primeiro discurso na Bahia. Nele agradece a recepção calorosa que estava recebendo e dizia-se indignado com a acusação, disfarçada de regionalismo, feita pelos inimigos da Revolução, na qual afirmavam que ele vinha “conquistar” a Bahia, “(...) como se conquistador fôsse eu, que palmilhei os seus sertões, lutando pela defesa da mesma idéia, que era também da maioria do seu povo, como de quase todos os brasileiros” (MAGALHÃES.1957: 83).

Disse ainda que vinha para sanar os problemas financeiros do estado e combater os bandidos que assolavam o sertão nordestino⁺⁺⁺. Afirmou que não havia desejado o cargo de interventor. Inicialmente havia até recusado o convite, mas, tendo aceitado, iria fazer o melhor trabalho possível.

“E, baianos amigos, pouco exijo de vós: apenas que tenhais o mesmo acendrado amor a essa terra, a que dedicarei todo o ardor da minha

⁺⁺⁺ Referência feita aos cangaceiros. Lampião e seu grupo que estavam aterrorizando os sertões nordestinos desde a década de 20 sem que nenhum governante fosse capaz de detê-los.

mocidade. E podeis estar certos que, como já disse em telegrama ao benemérito prefeito de vossa Capital: nenhum baiano me vencerá em amor à Bahia, e nenhuma sentinela será mais vigilante na defesa dos superiores interesses do Estado. (...)” (MAGALHÃES. 1957: 84).

Juracy Magalhães tomou posse no dia 21 de setembro de 1931, no Palácio da Aclamação, onde também empossou seus secretários^{§§§}, sem a presença de nomes expressivos da política do estado. Mas, a falta de presença dos políticos baianos não representava que Juracy Magalhães não contava com aliados importantes. No primeiro momento, o interventor possuía o apoio da Associação Comercial da Bahia; do Arcebispo Primaz da Bahia e do Brasil, Augusto Álvares da Silva; do editor-chefe do jornal *Diário de Notícias*, Altamirando Requião; do conselheiro João Pedro Santos; do desembargador Pedro Ribeiro de Araújo Bittencourt e do político João Pacheco de Oliveira.

O apoio da ACB é demonstrado logo em seguida à solenidade de posse de Juracy Magalhães, num banquete oferecido no Grande Hotel em Salvador. Estavam presentes os membros mais importantes da Associação, tenentes e prefeitos do interior do estado, que serão a base de apoio do novo interventor, quando da formação do PSD, em 1933.

Já as relações entre Juracy Magalhães e o Arcebispo Augusto Álvares da Silva remontam ao período da Revolução de 1930. Foi no Palácio Episcopal que os revolucionários se hospedaram, quando chegaram em Salvador em 25 de outubro de 1930. Segundo Juracy, o bispo defendia sua nomeação utilizando o seguinte argumento:

“Olhe, tenente Juracy, nos diálogos que mantenho com seus adversários, pergunto sempre porque, na opinião deles, o senhor não pode ser interventor. Normalmente alegam que o senhor é militar, e eu respondo que ser militar não é defeito, é uma profissão. Então eles argumentam que o senhor não nasceu na Bahia, mas eu lembro que eu próprio sou pernambucano de nascimento e baiano de coração. Finalmente, quando dizem que o senhor é muito moço, eu replico uma história que aprendi no Vaticano. Certa vez, um Papa nomeou um Cardeal muito jovem e recebeu críticas por sua atitude. Quando foi agradecer sua elevação cardinalícia, o Sumo Pontífice lhe perguntou se estava a par das restrições feitas a sua pouca idade, ao que o jovem respondeu: ‘Santidade, esse é um pecado de que a cada dia me redimo um pouco’” (MAGALHÃES. 1982: 74).

^{§§§} Secretaria do Interior, Justiça, Instrução e Saúde Pública – Aluísio Henrique de Barros Porto; Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas – Álvaro Navarro Ramos; Segurança Pública – João Facó; Fazenda e Tesouro do Estado – Teófilo Falcão; e como secretário da interventoria – Joaquim Ribeiro Monteiro. Contou ainda com Isaías Alves de Almeida como Diretor de Instrução; Agripino Barbosa como Diretor de Saúde Pública; tenente Henock Medeiros como Assistente Militar; tenente Hanequim Dantas como delegado-auxiliar; Eduardo Bizarria Mamede e Manoel Novais, como Oficiais – de – Gabinete, e Pimentel Cunha como Prefeito de Salvador. (Fonte: *Cartilha Histórica da Bahia*, Rio de Janeiro, Editora Cívica, s.d.).

Essa argumentação pode parecer simplória, mas não é nada inocente. Rebate as principais críticas que Juracy era alvo – primeiro: aponta o militarismo como profissão, separando o político do militar; segundo, retira qualquer importância presente na origem do interventor – não importava que fosse um estrangeiro; terceiro, e por fim, compara a indicação de Juracy, a uma indicação feita pelo Papa, ora, não se pode negar a relevância e articulação de tal defesa, e o fato de Juracy possuir o apoio da maior autoridade religiosa da região; principalmente num estado de mentalidade predominantemente católica como a Bahia.

Entre os demais aliados estava o editor-chefe do *Diário da Bahia*, Altamirando Requião – também membro da direção da Associação Baiana de Imprensa. Juracy afirma que ele possuía aspirações políticas, mas sempre tivera suas eleições prejudicadas pelas atas falsas: fraude eleitoral praticada em larga escala durante a Primeira República e contra a qual, dentre outras práticas, os tenentes se insurgiram em 1930 (MAGALHÃES. 1982: 75). Assim, compreende-se porque foi o jornal *Diário de Notícias* que fez a maior oposição a campanha difamatória que o *Diário da Bahia* (jornal oposicionista) promovia contra Juracy Magalhães, desde a sua nomeação.

O conselheiro João Pedro do Santos, que havia sido deputado federal por quatro legislaturas durante a Primeira República, e possuía mandato em 1930, também foi um aliado importante. Por apoiar o novo interventor, manteve seu prestígio político, livrando-se de acusações no Tribunal Especial, chegando ao cargo de Secretário do Interior, no período de 1934 a 1935; ocasião em que deixa a pasta para assumir o cargo conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Para conseguir apoio no Judiciário baiano, Juracy Magalhães pede que Getúlio Vargas mantenha no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado Pedro Ribeiro de Araújo Bittencourt, que ocupava o posto desde 1921. Em 1934, o filho do desembargador, Clemente Mariani, seria eleito deputado federal pelo partido do interventor, o PSD. (SAMPAIO. 1992: 89).

Outro aliado de Juracy foi João Pacheco de Oliveira. Deputado em 1930, foi relator na “degola” da bancada mineira durante a validação das eleições, em março de 1930. Por esse motivo, seria julgado pela Justiça Revolucionária. Conseguiu se livrar da Justiça Especial, ao apoiar o novo interventor, tornando-se, em 1933, o editor-chefe do

Diário da Bahia, periódico que seria o grande apoio do governo baiano, a partir desse momento.

Com esse suporte, Juracy Magalhães conseguiu ter acesso a diversos setores da sociedade baiana. No entanto, o interventor prosseguiu com sua política, claramente expressa em suas memórias: “(...) comecei a conquistar amigo por amigo. Fazia contato, era comunicativo (...)” (MAGALHÃES. 1982: 73). O interventor era sempre o mais simpático possível, beneficiado por uma memória prodigiosa, conseguia lembrar o nome de todos os coronéis com quem entrava em contato. Nos primeiros meses de seu governo, deu inúmeras entrevistas para jornais de outras partes do país, além dos periódicos baianos, o que lhe rendeu alguns meses de tranqüilidade. Mas, em 1932, com o fim da censura, os jornais *Diário de Notícias*, *A Tarde* e *O Imparcial* se juntam em uma ferrenha oposição ao governo de Juracy Magalhães ****.

3. A Oposição Baiana.

Segundo Consuelo Novais Sampaio, nos primeiros anos pós a Revolução, a oposição ao novo regime na Bahia foi privada de homens de grande influência, que haviam ocupado posição de destaque no governo deposto. Assim é que Otávio Mangabeira, ex-ministro do Exterior, e Simões Filho – também dono jornal *A Tarde* –, Miguel Calmon e Berbere de Castro, ex-deputados federais, partiram para o exílio na Europa. O senador federal e governador eleito, Pedro Lago, também se refugiou na Europa (Berlim, 1930-31) durante um ano. (SAMPAIO. 1992: 96-97). Mas isso não significa dizer que a oposição não se movimentou. Num primeiro momento, J. J. Seabra e seus aliados mais próximos, tomaram a dianteira da ação.

O principal meio de manifestação dos opositores foi o jornal *Diário da Bahia*, controlado por Muniz Sodré. Esse foi o único, dentre os quatro maiores periódicos baianos – *Diário da Bahia*, *Diário de Notícias*, *A Tarde* e *O Imparcial* –, que, no primeiro momento, não tentou uma aproximação com o novo interventor. Enquanto os outros três jornais davam destaque aos acontecimentos posteriores a nomeação de Juracy Magalhães, o *Diário da Bahia*, ao contrário, trazia notícias enaltecendo a figura de J. J. Seabra e fazendo pouco do tenente cearense. Não noticia o desembarque do

**** Levando em consideração a correspondência de Juracy Magalhães, ele causou uma ótima impressão à imprensa nacional, pois os recortes de jornais enviados ao interventor o apresentam como a salvação dos problemas baianos. JM cig. 31.01.11 Pasta I, Arquivo Juracy Magalhães. CPDOC, FGV. Com exceção do *Diário da Bahia* que, desde antes da chegada do interventor, já fazia oposição a ele.

novo interventor, marcando claramente seu posicionamento político. Apenas à posse de Juracy seria dada algum relevo, e partir daí, seriam diárias as charges e editoriais que acusavam Juracy de ser inexperiente, forasteiro e um conquistador. Enquanto isso, Seabra é retratado como o salvador do estado

Moniz Sodré escreve editoriais diários em que critica a interventoria. Um dos mais importantes desses editoriais foi o “Brios Bahianos”, no qual afirma que a orgulhosa Bahia não aceitaria a humilhação de ser conquistada “(...) pelo invasor holandês (...)”^{††††}, que lutaria como nas batalhas do 02 de julho de 1823 para readquirir sua honra e de seus ilustres políticos, como Rui Barbosa – “a Águia de Haia” – e J.J. Seabra. A briga entre Juracy Magalhães e Moniz Sodré deixa as páginas dos jornais e, em 1933, o interventor da Bahia chega a abrir um processo contra o jornalista baiano, por calúnia e difamação, mas volta atrás e retira a queixa. (SEABRA. 1933: 18).

Entre os temas mais utilizados para atacar o interventor estavam: a incapacidade para resolver a crise econômica em que se encontrava o estado desde 1930; os atrasos nos pagamentos do funcionalismo público^{††††}; a incapacidade de vencer Lampião no sertão baiano; o aumento do número e dos preços dos impostos; a censura e a truculência contra jornais e jornalistas baianos e a ditadura que havia se instalado no país. Os dois últimos eram os temas mais mencionados.

A situação econômica da Bahia, em decorrência da crise de 1929, só se agravou no primeiro ano da interventoria de Juracy Magalhães, que, ao chegar ao estado, em seus primeiros discursos afirmou que iria resolver os problemas econômicos da Bahia. No ano de 1932, Juracy começou a cortar despesas. Demitiu vários funcionários; obteve de novos empréstimos para pagamentos dos salários e para evitar a paralisação das obras públicas. Sendo que essas atitudes deram mais munição para a oposição.

Outro assunto recorrente nas críticas dos adversários de Juracy Magalhães era a dificuldade que o interventor estava enfrentando para acabar com o banditismo no sertão baiano – outra promessa feita por ele ao tomar posse em 21 de setembro de 1931. Seabra escreve que:

^{††††} DIÁRIO DA BAHIA, 06 out. 1931.

^{††††} Os professores do estado e magistrados estavam sem receber salário há 12 e 7 meses, respectivamente.

(...)Lampeão e seu bando sinistro, apesar das grandes feitas pelo Estado e pela União, têm zombado de todas as providências tomadas para exterminá-los. E até o presente momento, decorridos já mais de dois annos daquelle formal compromisso, os terríveis bandidos continuam matando, devastando, estuprando e cometendo toda sorte de crimes bárbaros, impunemente, como jamais se verificara.^{§§§§}. (SEABRA. 1933: 12).

Em janeiro de 1932, a interventoria põe em ação uma campanha de intimidação da imprensa, para se defender dos ataques desferidos contra Juracy Magalhães. É essa atitude que provoca a passagem dos jornais *Diário de Notícias*, *A Tarde* e *O Imparcial* à oposição.

Com essa atitude, o tenente cearense, mostra seu lado autoritário contra os que lhe faziam objeção. Era difícil comprovar o envolvimento de Juracy nos atentados contra jornalista e empastelamento de jornais. O próprio Juracy Magalhães afirmou, no seu livro *Defendendo o meu governo: explicações a Bahia* (MAGALHÃES. 1934: 62), que só tomou as medidas necessárias para manter a ordem.

O acirramento das disputas entre o interventor do estado e os jornais baianos coincide com a exasperação das relações entre as oligarquias estaduais e os tenentes que ocorriam em todo o país. Esse fato era consequência da divergência sobre os caminhos que o país deveria seguir: manutenção da ditadura ou reconstitucionalização? Os tenentes eram favoráveis a manutenção do governo discricionário, enquanto as oligarquias faziam pressão para o retorno ao governo constitucionalista. Essa disputa, que ganhou as páginas dos jornais, culminou com a Revolução Constitucionalista de São Paulo, em julho de 1932, quando o grupo oligárquico mais forte do país pegou em armas contra o governo federal para forçar a convocação de eleições para a produção de uma nova constituição para o país.

No livro publicado por Seabra, em 1933, chamado *Humilhação e devastação da Bahia*^{*****}, há uma descrição de todos os atos de censura e coerção contra adversários, impetrados por subalternos do interventor. O primeiro caso descrito foi o já citado momento em que Juracy tenta processar o redator-chefe do *Diário da Bahia* – Moniz Sodré – utilizando-se da Lei de Imprensa.

^{§§§§}O autor se refere ao compromisso assumido por Juracy de prender Lampeão e os seus cangaceiros em até 90 dias depois do início do seu governo.

^{*****} SEABRA, J.J. *Devastação e Humilhação da Bahia*. Salvador: Cia. Editora Gráfica, 1933.

Seabra descreve mais uma série violências e desmandos de pessoas ligadas ao interventor, dentre elas, uma chama a atenção: o espancamento dos bacharéis em direito Nelson de Sousa Carneiro e Péricles de Mello, ocorrido no dia 29 de agosto de 1932. (SEABRA. 1933: 28). Segundo as informações apresentadas pelo político baiano, essas agressões foram ordenadas pelo Delegado Auxiliar Hanequim Dantas, subordinado direto do interventor.

Mas, o caso de “truculência” que alcançou maior repercussão na sociedade baiana foi a prisão dos alunos e professores da Faculdade de Medicina da Bahia, em 22 de agosto de 1932. Os acontecimentos desse dia são importantes não só por demonstrar os abusos de poder da interventoria baiana, mas por se tratar de um divisor de água para a estruturação da oposição baiana. O que começou como uma manifestação de apoio a Revolução Constitucionalista de São Paulo, que havia eclodido naquele ano, ganhou longevidade e deu origem ao primeiro partido de oposição surgido na Bahia pós-30: a Liga de Ação Social e Política (LASP). Segundo Consuelo Novais Sampaio, a LASP é fundada no dia 05 de janeiro de 1933, por jovens liberais – principalmente professores das Faculdades de Direito e Medicina da Bahia – mas foi gestada em agosto de 1932, durante os preparativos para a manifestação do dia 22 daquele mês. (SAMPAIO. 1992: 97).

4. O Governo do Estado.

É dessa forma que Juracy Magalhães, em carta a Getúlio Vargas, define a situação da Bahia:

“(…) Ele [Oscar Bormann, funcionário contratado para tratar das finanças do estado] lhe dirá, de viva voz, da angustiada situação financeira que atravessa a Bahia, cuja situação atual é agravada por múltiplos e variados fatores de ordem econômica, política e social. Sobreléva, porém, a todas as desgraças que incidem sobre esta terra, a desorganização absoluta do Nordeste Bahiano, onde a seca e o banditismo dizimam as populações, de tal sorte, que não havia cidadão que ousasse ser autoridade no meio de tanta desolação. Foi, assim, que encontrei municípios, onde nem sequer havia um prefeito”.

Dessa forma, Juracy já demonstra perceber as dificuldades que enfrentaria para governar o estado, assim, ele continua:

“Vê, assim, Vossa Excelência, quanta responsabilidade pôs sobre os ombros de um ‘malsinado’ tenente, entregando-lhe para governar um Estado colossal, verdadeiramente maravilhoso, ‘onde tudo era grande, menos os governantes’, no dizer de Ruy. (...). A guarnição federal e a polícia

mantêm-se disciplinadas e coêsas em torno da Revolução. (...) Os políticos decahídos estão calados. Não tenho, porém dúvidas. Quando puderem, virão á carga. Tenho, entretanto, a impressão de que será fácil vencê-los, até mesmo no terreno eleitoral. As suas máquinas, em grande parte, foram mantidas intactas, porque a Revolução Brasileira, em sua essência, foi conservadora. Há aqui, porém, um fator importante a considerar: não existe um partido político, há agrupamentos em torno de pessôas”.

Já nos primeiros relatos, Juracy já consegue mapear muito bem seus adversários e o que precisa ser feito para conseguir o controle do estado.

Será fácil, assim, o ingresso do que há de melhor na Bahia, em pessoal, numa organização política, cujos princípios básicos sejam os mesmos que levaram a Nação á luta armada de Outubro, em defesa de sua liberdade. Este é um assunto importante para a Revolução no Norte. Os elementos que fizeram a Revolução neste setor, não dispõem de prestígio eleitoral, mas com um pouco de inteligência e habilidade, poderão agir de modo tal que quando a Nação voltar ao regime constitucional, que julgo ainda prematuro, não venha a cair novamente nas mãos dos que a trouxeram á triste situação atual. Há muita gente boa fóra do campo da política profissional. Aqui, na Bahia, por exemplo, há muita gente digna, capaz de conduzi-la num regimen constitucional. (...)” †††††.

Dentro desse quadro difícil, a primeira missão assumida pelo novo interventor é organizar o sistema financeiro do estado. Para tal recorre a empréstimos com o Banco do Brasil e a cobrança de impostos, atitudes duramente criticadas pela oposição, mas que surtiram o efeito desejado. Com relação aos empréstimos, juntamente com o apoio federal, muito ajudou a nomeação de Vilobaldo Machado de Souza como diretor do Banco do Brasil, como afirma o próprio interventor: “Agradeço o auxílio que tem dispensado ao meu governo, inclusive a nomeação de um bahiano para a diretoria do Banco do Brasil.” †††††.

Com relação aos impostos, alguns deles desagradaram até mesmo os aliados, como mostram as cartas enviadas da cidade de Bonfim, em 23 de abril de 1934 e 26 de junho do mesmo ano^{§§§§§}, nas quais correligionários aconselhavam ao interventor a retirar os impostos para evitar a exploração oposicionista. Os encargos incidiam sobre a venda de bebidas alcoólicas, cujos estabelecimentos chegaram a pagar 40 mil réis para

††††† GV. c 1931.11.01. Arquivo Getúlio Vargas. CPDOC, FGV.

††††† GV. c 1931.11.01. Arquivo Getúlio Vargas. CPDOC, FGV.

§§§§§ JM. Cig. Municípios Bonfim I. Arquivo Juracy Magalhães. CPDOC, FGV.

ter o registro na Delegacia Auxiliar e possuir o selo policial, que era uma outra taxa necessária em passaportes, licenças para diversão, etc. e custavam 300 réis.

Outra medida da interventoria de Juracy Magalhães foi a cobrança de uma taxa das bancas de jogo do bicho. Nas palavras do tenente:

“Uma campanha interessante foi a que dediquei ao aproveitamento do jogo do bicho para fins sociais no Estado. Ninguém, antes, tentara coibir essa prática tão arraigada na alma brasileira como o gosto pelo feijão ou pelo samba. Segundo Juracy, campanha era, espelhada em homônima levada a cabo no Uruguai, “aplacar seu lado nocivo” do jogo do bicho, investindo boa parte da renda em caridade. Meu diretor do Instituto Médico-Legal e professor da Faculdade de Medicina, Dr. Estácio de Lima, tinha estado no Uruguai e visto como funcionava lá o sistemas de aproveitamento legítimo das rendas do bicho para a assistência das populações carentes. Assim, incumbi-o de fazer contato com os banqueiros do jogo do bicho na Bahia e exigir deles uma contribuição maciça para nossas creches e hospitais”.

Essa estratégia de Juracy de utilizar o dinheiro do jogo do bicho para financiar obras sociais foi uma grande estratégia política que lhe possibilitava uma aproximação com uma parcela diferente da população, as classes mais baixas da sociedade baiana, que seriam as mais beneficiadas por tais medidas. Sendo que esse dinheiro não ia para o tesouro estadual, era entregue direto para as instituições beneficiadas.

Por mais que essas medidas tenham desagradado, conseguiram regularizar a situação financeira do estado e, em finais de 1931 e início de 1932, já proporcionavam as primeiras demonstrações de apoio popular e da importante Associação Comercial da Bahia que, em janeiro de 1932 faz uma moção de apoio ao interventor.

Com o apoio de Juarez Távora, Ministro da Agricultura, e José Américo, Ministro da Viação e Obras Públicas – ambos nordestinos – o combate a seca foi intensificado com a construção de açudes por toda a região semi-árida da Bahia. Em 1933, Juracy viajou várias vezes para as inaugurações^{*****}. Numa outra frente de atuação, importantes prepostos do interventor faziam a distribuição de alimentos e dinheiro para os flagelados da seca. Nelson Xavier, superintendente da Viação São Francisco, e Franklin Lins de Albuquerque, coronel de Pilão Arcado, fazem menção a essa atitude. O primeiro afirma ter distribuído mais de 100 sacas de mantimentos em Juazeiro. Já o coronel, em cartas nos dias 20 de julho e 29 de setembro de 1932, faz referência a distribuição de alimentos, que Karina Kuschnir afirma ser uma prática comum nas

***** Diário Oficial da Bahia de 1933, 2 de abril, 18 de junho, 25 de setembro.

campanhas políticas brasileiras †††††. No entanto, essas ações foram capazes de diminuir o êxodo rural por causa da seca.

Sendo esses apenas alguns exemplos da atuação da interventoria na Bahia. Como se vê pelo relato acima, de setembro de 1931 a 1934, o governo de Juracy Magalhães realizou mais obras do que muitos outros governantes já haviam realizado. Essa é uma das razões para a rapidez em que o tenente cearense consegue controlar o estado da Bahia.

5. Formando Aliados.

Em carta a Getúlio Vargas, datada de 11 de janeiro de 1932, o interventor afirma que, no interior da Bahia a situação política é favorável,

“(...) o difícil, para mim, é fazer seleção no aluvião de adesões que me chegaram. Em todos os municípios há duas ou três correntes disputando a preferência e simpatia do Governo do Estado. Só tenho dado solução aos casos inteiramente liquidados, onde os candidatos, a par das qualidades administrativas, reúnem esmagadora maioria eleitoral. Em casos duvidosos vou aplicando o tempo como solução, e deixando que os grupos vão reafirmando a clássica ‘incondicional solidariedade’... enquanto eu for Governo. Depois, então, com calma, vou resolvendo”.

Todavia, na capital, ainda não possuía controle especialmente sobre a imprensa. A oposição estava montada principalmente nos jornais que, segundo Juracy, era constituída apenas de cinco jornais, “(...) dos quaes apenas um é independente. Os outros só dizem torpes grosserias contra o Governo. O Senhor Muniz Sodré é o chefe, na imprensa. Tem publicado infâmias incríveis” †††††.

No entanto, havia elementos em Salvador dispostos a uma aproximação, e foi isso que Juracy fez.

“Aproveitei estas brechas para conquistar apoio de muitos políticos dialogando com eles em conversas de caráter pessoal, mantidas em almoços e jantares informais. Tornei-me um elemento simpático, inegavelmente em razão de minha habilidade no trato, mas acima de tudo porque mantive o mais absoluto espírito de justiça desde o primeiro dia de meu governo (...).” (MAGALHÃES. 1982: 75).

††††† MAGALHÃES. 1934. pp.257. JM cig Municípios Pilão Arcado I. Arquivo Juracy Magalhães. CPDOC, FGV. Quanto a distribuição de alimentos, ver: KUSCHNIR, Karina. KUSCHNIR, Karina. Rituais de comensalidade na política. In: Beatriz Heredia; Carla Teixeira; Irllys Barreira. (Org.). Como se fazem eleições no Brasil. 1 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, v. 1, p. 243-270.

††††† JM cig. 31.11.01 Pasta III. Arquivo Juracy Magalhães. CPDOC, FGV.

Esse recurso dos jantares informais, segundo Karina Kuschnir, é uma boa forma de conquistar aliados. (KUSCHNIR. 2002: 263).

Juracy Magalhães se integra plenamente com os demais interventores do Norte, aceita a liderança de Lima Cavalcanti – governante de Pernambuco – e Juarez Távora – o Vice-Rei do Norte. Participava ativamente do Bloco do Norte. Em comunicação constante com os demais mandatários, agia sempre de forma a fortalecer a região, como forma de contrabalancear os estados do Sul do país.

Em âmbito federal, como o próprio Juracy Magalhães diz em carta a Getúlio Vargas, durante o Governo Provisório, “a maioria dos Ministros de Estado era amigos meus que tudo facilitavam para o bom desempenho de minha missão (...)” §§§§§§. Esse auxílio era o que permitia a liberação de recursos e cargos no estado e na federação, que, ainda nas palavras do interventor, “(...) desejo ser atendido nas indicações que fizer” *****. Outra demonstração de apoio federal são as constantes visitas ao estado de ministros como Juarez Távora, Lindolfo Collor e José Américo †††††† e as diversas viagens do interventor ao Distrito Federal, passando longos períodos de tempo em reuniões ministeriais ou com o próprio presidente ††††††. A confiança de Getúlio Vargas em Juracy Magalhães é reafirmada constantemente através de cartas, na quais, apesar dos constantes pedidos do militar cearense para ser retirado do cargo – dizendo que seria seu “13 de maio” – o presidente insiste na necessidade da sua permanência. Até mesmo durante o discurso de Getúlio, quando da sua passagem pela Bahia, entre 26 e 30 de agosto 1933, em todos os discursos feitos, a excelência de Juracy frente ao governo do estado era exaltada §§§§§§. Era a primeira vez que um presidente da República vinha ao Nordeste e o tenente soube aproveitar a oportunidade para ser visto ao lado dele. Reafirmando seu prestígio, viajou até para a região do Recôncavo em companhia de Vargas. Esse suporte federal ajuda a fortalecer Juracy Magalhães dentro

§§§§§§ GV c 1934.05.30/1. Arquivo Getúlio Vargas. CPDOC, FGV.

***** GV c 1931.11.01. Arquivo Getúlio Vargas. CPDOC, FGV.

†††††† O Diário Oficial do Estado está repleto de notícias sobre as chegadas e partidas dos auxiliares de Vargas.

†††††† De 1931 a 1934, Juracy Magalhães passou uma média de quatro meses no Rio de Janeiro. Em 1932, após a Revolução Constitucionalista, o interventor da Bahia passa dois meses no Distrito Federal, saindo do estado em 20 de outubro e só retornando em 20 de dezembro, segundo o Diário Oficial.

§§§§§§ GV c 1932.05.06/2 e GV c 1934.05.30/1. Arquivo Getúlio Vargas. CPDOC, FGV. Diário da Bahia, 26 a 30 de agosto.

do estado. A importância da apresentação junto ao presidente e a influência que isso tem na imagem de Juracy é claramente apreendida tomando como base o trabalho de Geertz sobre a Rainha Elizabeth – ou seja, é a estratégia de unir a imagem do soberano a uma imagem maior, o que lhe dá maior legitimidade. Como afirma o antropólogo Clifford Geertz “(...) e foi graças a isso – a essa sua disposição para ser representante, não necessariamente de Deus, mas das virtudes que ele ordenava, e especialmente da versão protestante dessas virtudes – que seu carisma se ampliou”. (GEERTZ. 2009: 194). A mesma alegoria pode ser aplicada ao interventor da Bahia. Ele se tornou o representante da Revolução no estado. Era a “encarnação” do novo. Não só pela sua idade, 26 anos, mas pelas suas atitudes, sua nova forma de fazer política no estado. Em pouco tempo o tenente cearense tornou-se o maior centro de poder^{*****} em ação na Bahia, o que faz de Juracy Magalhães uma pessoa carismática, tendo como base a definição de carisma de Geertz, “(...) o carismático não é necessariamente dono de algum atrativo especialmente popular, nem de alguma loucura inventiva; mas está bem próximo ao centro das coisas”. (GEERTZ. 2009: 184). Como veremos adiante, Juracy foi uma figura bastante popular no estado e no Brasil. E essa popularidade pode ser percebida pelo número de cartas recebidas pelo interventor com pedidos que vão desde ajuda para tirar o registro de nascimento a empregos em outros estado. Retomando uma frase sua já citada, é perceptível a noção que tem de que o carisma é essencial na política: “comecei a conquistar amigo por amigo. Fazia contatos, era comunicativo e dava muita entrevista à imprensa. (...). Aos poucos fui-me ligando aos baianos, ajudado por pessoas como o Arcebispo D. Augusto, (...)”.(MAGALHÃES. 1982. 73/74). O número de cartas aumenta em proporção direta ao prestígio do militar.^{††††††††}

Foi a utilização de outro meio de comunicação que muito ajudou a aproximar o “interventor forasteiro” dos baianos. Juracy Magalhães, já em 1932, criou um programa semanal na Rádio Sociedade AM, no qual falava para todo o estado de forma direta e informal. Na década de 1930, o rádio era a forma mais eficiente de comunicação em um estado tão extenso, e com tantas deficiências em telecomunicações, como a Bahia.

***** Ainda segundo Geertz: “Tais centros, que ‘não têm qualquer relação com geometria e muito pouco com geografia’, são, em essência, locais onde se concentram atividades importantes; consistem em um ponto ou pontos de uma sociedade, onde as idéias dominantes fundem-se com as instituições dominantes para dar lugar a uma arena onde acontecem os eventos que influenciam a vida dos membros desta sociedade de uma maneira fundamental. (...)”. GEERTZ. 2009 pp. 184.

†††††††† JM cig 31.01.11. Arquivo Juracy Magalhães. CPDOC. FGV.

Mesmo quem não contava com um transmissor em casa era capaz de ouvir as transmissões, pois era comum, as cidades do interior possuírem alto-falantes espalhados por suas praças. Assim, Juracy foi o primeiro político na história do estado a entrar na intimidade das casas dos baianos, mesmo que apenas sua voz. Essa foi uma grande inovação que, como ele mesmo diz:

“no meu programa na Rádio Sociedade da Bahia, pude defender as idéias mestras dos meus programas de governo. Sabia conversar com o povo antes de tudo porque gostava daquele povo. (...). Minhas conversas ao pé do fogo nessa rádio baiana me renderam bons dividendos políticos. Pude defender-me dos ataques e reforçar posições. (...)”.(GUEIROS. 1996: 160).

Ele foi o primeiro governante a percorrer todo o território baiano. Em seus primeiros meses como interventor fez três viagens ao interior. A primeira, em 07 de outubro de 1931 – dezesseis dias após a posse – Juracy Magalhães viaja pela região metropolitana de Salvador. Em seguida, 18 de outubro, a região escolhida é o Recôncavo e, após a viagem ao Rio de Janeiro, em 05 de dezembro de 1931, foi a Feira de Santana, Itaberaba e Chapada Diamantina^{#####}. Isso significa que, num período inferior a três meses, o novo interventor havia conhecido a parte central do estado. Assim permanecendo por todo o seu governo. Juracy visitou, de 1931 a 1934, cada região do estado no mínimo duas vezes, pelo relato do Diário Oficial do Estado.

Em suas peregrinações pelo interior, o interventor sempre viajava em comitiva, mesmo que fosse apenas para passar um dia – como na viagem para Cipó, saindo de Salvador no dia 14 de outubro de 1932, retornando no dia seguinte. Ele nunca viajava sozinho. O número de pessoas que o acompanhavam variava muito, mas Juracy era sempre acompanhado por três pessoas: o Secretário de Segurança Pública João Facó; o seu Chefe de Gabinete Tenente José Ribeiro Monteiro e o Delegado Auxiliar Tenente Hanequim Dantas. Segundo Karina Kuschmir, viagens em comitiva são formas de manter o político “no centro, ao redor do qual giram as pessoas comuns. A força simbólica dessa dinâmica é grande. É uma marca de poder e prestígio, (...)”. (KUSCHNIR. 2002: 257).

A relevância do contato direto com a população está na necessidade da legitimação popular, importante para manter-se no comando do governo. Em sua interpretação, Consuelo Novais Sampaio ressalta ainda, que Juracy possuía “atributos

Diário Oficial 05 de outubro; 15 de outubro; 03 de dezembro de 1931.

pessoais que o ajudaram a construir sua carreira política.” Como exemplos, cita sua “admirável memória, (...), que permitia-lhe chamar pelo nome o mais obscuro chefe político local, ou o mais humilde eleitor”; o sorriso “sempre presente aos lábios permitia-lhe camuflar o comportamento autoritário, ao tempo que lhe ampliava o charme popular” §§§§§§§§. O fato de estar em contato direto com as pessoas em suas viagens, não apenas através do rádio, ampliava sua simpatia, junto a um povo que nunca havia convivido de forma tão próxima com um governante. Essa proximidade o legitimou perante a população, especialmente a interiorana.

Ao fiscalizar os prefeitos, Juracy reafirma sua posição de maior autoridade do estado, controlando de perto aqueles que seriam sua maior base de apoio. O cargo de prefeito era por indicação, o que tornava a possibilidade de traições muito menos prováveis, já que, no primeiro indício de afastamento, era simples colocar outra pessoa no local. Como afirma um aliado ao interventor, em carta de 20 de abril de 1932: “(...) demissíveis com são, recebendo do Governo a direção e o rumo que devem imprimir aos seus eleitores, elles [os Prefeitos] nunca conseguiram prestígio individual. E algum que a tanto se arrogue, sendo logo destituído, tirará dos outros essas veleidades de predomínio” *****.

No entanto, quando se fala em aliados, Juracy não demonstrou nenhum escrúpulo em unir-se aos coronéis, que a Revolução de 30 procurou derrubar. Muito pelo contrário, alguns dos seus mais importantes correligionários foram coronéis, que, segundo o interventor, podiam ser divididos em duas categorias: os malignos e os que tiveram a sua utilidade. E continua:

“posso afirmar que nunca encontrei, no interior da Bahia, um coronel que tivesse enriquecido. Todos os do meu tempo morreram pobres, porque arcavam com o ônus das recepções às autoridades e pessoas importantes que chegavam às suas cidades (...). Eles realizavam, a seu modo, a assistência social que os governos quase sempre se omitiam”. (GUEIROS. 1996: 133).

Essas recepções mencionadas por Juracy era a forma que os coronéis possuíam de mostrar seu prestígio pessoal, quanto mais exuberantes estas fossem, com grande número de pessoas presentes, mais influência o anfitrião possuía no município. Em

§§§§§§§§ SAMPAIO. 1992. pp. 87.

***** JM cig. Municípios. Santo Amaro I. Arquivo Juracy Magalhães. CPDOC, FGV.

retribuição a todo o esforço dos correligionários, o interventor aceitava o convite para, durante o período de permanência na cidade, se hospedar nas residências dos chefes locais, como nas suas passagens por Amargosa e Itabuna, em 16 de janeiro de 1932 e 03 de janeiro de 1933, respectivamente^{††††††††}.

João Duque, coronel de Cariranha, Franklin Lins de Albuquerque, de Pilão Arcado, entre outros nomes que, desde 1924 – quando da passagem da Coluna Prestes na Bahia –, colocaram seus exércitos de jagunços em favor dos presidentes da Primeira República, passaram a integrar os quadros de aliados da Revolução. Segundo informações de Osvaldo Aranha, essa aliança se estabeleceu desde a eleição de 1930, como ele afirma em telegrama a Vargas: “(...) Bahia fiscalização organizada. Horácio de Mattos [maior coronel do estado na República Velha] dará terço votação. Franklin e Duque conosco, ameaçando sertão baiano de que são donos. (...)”^{††††††††}.

O coronel de Pilão Arcado é dos aliados mais atuantes no apoio a Juracy Magalhães. É dos chefes locais que mantêm correspondência mais constante com o interventor e, além disso, ele percorreu toda a região do São Francisco – área do seu domínio – em busca de outros coronéis que estivessem dispostos a apoiar o governo, como diz em carta de 11 de dezembro de 1931:

“conferenciei em Bonfim com o Dr. Antonio Gonçalves, que até agora nenhum compromisso político assumiu e está disposto a apoiar o seu governo. (...) O Dr. Gonçalves dispõe de verdadeira influência em Bonfim, Campo-Formoso, Queimadas, estendendo-se até o município de Morro do Chapéu, onde é legítima influência o meu velho amigo Cel. Antonio Bento”.

Pelo dito acima percebe-se o que significa ser um bom aliado, ser influente no município. Logo em seguida, Franklin exemplifica o que significa uma má aliança: “o cel. Candido Duarte, não dispõe de elementos, pois, comerciante que é, entrega-se aos misteres da sua profissão, como também o actual Prefeito que, apesar de ser um moço distinto, não lidera elementos políticos naquela localidade”. Ou seja, um aliado só é útil se conseguir influenciar um grande número de pessoas. A moeda de troca pelo apoio são os cargos públicos municipais e estaduais, por isso, Franklin aconselha:

^{††††††††} JM cig Municípios Amargosa I. JM cig Municípios Bonfim III. Arquivo Juracy Magalhães. CPDOC, FGV.

^{††††††††} GV c 1930.02.21/2. Arquivo Getúlio Vargas. CPDOC, FGV. Essa carta aumenta ainda mais as suspeitas de que muitos coronéis baianos se portaram como agentes duplos durante a Revolução de 1930, porque, apesar do apoio a Aliança Liberal, quando solicitados por Washington Luis, enviaram seus exércitos para lutar ao lado dos legalistas.

“seria conveniente suspender as nomeações na zona [do São Francisco], inclusive em Correntina, até a minha próxima excursão em companhia do Dr. Nelson Xavier” §§§§§§§§§§. Provavelmente, esse pedido foi feito para que pudessem ter poder de barganha com os coronéis visitados.

Parece que havia uma relação de dependência mútua entre “coronéis” e prefeitos e o governo estadual. Os primeiros só conseguiriam manter seus domínios com o apoio do estado e o segundo, precisava do conhecimento da região que só seus “donos” poderiam ter. É o que afirma Franklin:

“estou certo que o illustre amigo confiará nas minhas informações e ação já em desenvolvimento, que são feitas e dictadas com critério e máxima lealdade, pois saberei cumprir a palavra empenhada, porque **conhecedor da zona, dos homens e das coisas**, [grifo meu] estou habilitado a prestar ao eminente amigo as verdadeiras informações, formando um bloco quase unânime de resistência para tudo que der e vier, na zona do São Francisco e seus afluentes” *****.

É a reedição da “Política dos Governadores” que “(...) durante a década de 20 já estava em recuo, (...), fixando o método do novo regime. Essa coincidência de atuação política, nos períodos anterior e posterior a 1930, indica que, em ambos os períodos, as condições sociais e econômicas eram muito semelhantes. (...)”. (SAMPAIO. 1992: 92/93). Os aliados tinham liberdade de ação em suas regiões, no entanto, deviam lealdade cega ao interventor, sendo que, as maiores provas de fidelidade foram cobradas durante os períodos eleitorais, como veremos a seguir.

§§§§§§§§§§ JM cig. Municípios Pilão Arcado I. Arquivo Juracy Magalhães. CPDOC, FGV.

***** JM cig Municípios Pilão Arcado I. Arquivo Juracy Magalhães. CPDOC, FGV.